

**CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DA GESTÃO DAS BACIAS
HIDROGRÁFICAS E DOS SISTEMAS ESTUARINOS E ZONA COSTEIRA - CTCOST
DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH
ATA DA 25ª REUNIÃO**

Datas: 26 e 27 de novembro de 2009.

Locais: Dia 26: Auditório do Parque do Prosa - Centro de Reabilitação de Animais Silvestres (CRAS) e Dia 27: Auditório da Reitoria da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS.

REPRESENTANTES:

- Ministério do Meio Ambiente – SRHU: Béríte Cabral (berites.cabral@mma.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – SEDR: Alberto Costa Lopes (alberto.lopes@mma.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – ANA: Luciano Meneses Cardoso da Silva (lmenezes@ana.gov.br)
- Ministério da Defesa – MD: ausência
- Ministério de Minas e Energia – MME: Antônio Edson Guimarães Farias (antonio.farias@mme.gov.br)
- Ministério da Integração Nacional - MI: Robeísia Herbênea Miranda de Holanda - conselheira (robeisia.holanda@dnocs.gov.br)
- Ministério dos Transportes - MT: ausência
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – MT/PR: Paulo Roberto Castella (pcastella@sema.pr.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – MG/ES: Aline Nunes Garcia (aline.iema@yahoo.com.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – SP/RJ: Rosa Mancini - conselheira (rmancini@sp.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – BA/CE: ausência
- Usuário/Indústria: ausência
- Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa - OTEPs: Luiz Fernando Cybis - conselheiro (lfcybis@uol.com.br)
- Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa – OTEPs: Thereza Rosso (rosso@uerj.br)
- Organizações Não-Governamentais – ONGs: João Clímaco - conselheiro (climaco@uai.com.br)
- Organizações Não-Governamentais – ONGs: Eliane Bêe Boldrini (elianebeeboldrini@hotmail.com)
- Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas - CBHs: ausência

DEMAIS PRESENTES:

- Celia Regina Buono P. Poeta (CETESB/SP) - celiap@cetesbnet.sp.gov.br
- Eduardo Bessa (Petrobras) – embessa@petrobras.com.br
- Eduardo M. Oliveira (CETESB/SP) – eduardom@cetesb.sp.gov.br
- Ester Loitzenbauer (IPH/RS) – ester_loi@yahoo.com.br
- Frederico de Moraes Rudorff (SDS/DRHI/SC) – fmr@sds.sc.gov.br
- Lorena Romã Penna (MI) - lorena.penna@integracao.gov.br
- Nathália Oliveira Araújo (Elabore Consultoria) – nathalia.araujo@elabore.com.br
- Thereza Christina Pereira Castro (Coopermira) – tcspecastro@yahoo.com.br

RELATORIA:

- Rachel Landgraf de Siqueira (SRHU/MMA) – rachel.siqueira@mma.gov.br

53 ASSUNTOS DISCUTIDOS:

54 **Dia 26:** No dia 26 de novembro de 2009, às 14h50, a Câmara Técnica de Integração da Gestão
55 das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira (CTCOST) do Conselho
56 Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) iniciou a realização de sua 25ª reunião, em Campo
57 Grande/MS, convocada há 12 dias, sob a presidência do Sr. Luiz Fernando Cybis (OTEPs),
58 tendo como relatora a Sra. Rachel Landgraf de Siqueira (SRHU/MMA), da Secretaria
59 Executiva do CNRH. A reunião fez parte da programação paralela do XVIII Simpósio
60 Brasileiro de Recursos Hídricos. Item 1 – Missão da CTCOST e atividades em
61 desenvolvimento, por Luiz Fernando de Abreu Cybis, presidente da CTCOST: Foram
62 abordados: o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (criação, regulamentação, Regimento
63 Interno, atribuições, estrutura, fluxo de tramitação de matérias e processo de escolha dos
64 conselheiros), suas dez Câmaras Técnicas (competências e características), e CTCOST
65 (dispositivos legais para a integração – legislação sobre Recursos Hídricos e sobre
66 Gerenciamento Costeiro, histórico das ações pela integração, estrutura, atribuições,
67 composição, grupos de trabalho e proposta de Resolução que estabelece diretrizes adicionais
68 que devem ser incluídas nos planos de recursos hídricos de regiões que contenham trechos da
69 zona costeira). O Sr. Cybis agradeceu a presença de todos, especialmente dos convidados por
70 prestigiarem a reunião, quando tiveram a oportunidade de conhecer os trabalhos da CTCOST.
71 Item 2 – Estrutura do Gerenciamento Costeiro no Brasil, por Alberto Lopes, da Gerência
72 Costeira e Marinha do Ministério do Meio Ambiente: Foram apresentadas: 1- as ações do
73 MMA no âmbito do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), que tem como
74 objetivo o planejamento e gerenciamento, de forma integrada, descentralizada e participativa,
75 das atividades sócio-econômicas existentes nesse espaço, garantindo a utilização sustentável,
76 por meio de medidas de controle, proteção, preservação e recuperação dos recursos naturais e
77 dos ecossistemas. 2- o Plano de Ação Federal para a Zona Costeira – PAF, no âmbito do Grupo
78 de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO). O PAF é o referencial de atuação da
79 União na Zona Costeira, sintetizando as concepções e responsabilidades federais para o seu
80 planejamento e a sua gestão. Esse Plano de Ação Federal foi aprovado em 2005, com 3 linhas
81 de ação. O desafio ainda era vincular as ações do PAF às rubricas orçamentárias e apoiar de
82 forma eficiente os planos estaduais de gerenciamento costeiro, boas experiências, etc. 3- o
83 Projeto Orla – uma das principais ações governamentais incidentes na zona costeira, juntamente
84 com, por exemplo, o Zoneamento Ecológico Econômico e as Cartas de Sensibilidade a
85 Derrames de Óleo - : o Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla – é uma
86 ação conjunta entre Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Planejamento. Suas ações
87 estão voltadas para o ordenamento dos espaços litorâneos, especialmente aqueles sob domínio
88 da União, aproximando as políticas ambiental, urbana e patrimonial, com ampla articulação
89 entre as três esferas de governo (União, estados e municípios) e a sociedade. Sua proposta é
90 promover a identificação e solução de conflitos resultantes da diversidade de interesses e
91 demandas existentes em uma região. Trata-se de instrumento fundamental para a gestão do
92 território nessa faixa da costa brasileira. Assim, o projeto busca proporcionar um aumento da
93 capacidade técnica municipal, seja pela apreensão de uma nova metodologia, seja pela abertura
94 de um canal de articulação entre agentes públicos e comunitários para a conjugação de esforços
95 de gerenciamento da orla. Segundo o Sr. Alberto Lopes, é um dos projetos mais ativos. 4- a
96 CIRM (Comissão Interministerial para os Recursos do Mar) – tem a finalidade de coordenar os
97 assuntos relativos à consecução da Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM). A
98 CIRM elaborou a PNRM, que veio a ser aprovada em 1980, para fixar medidas essenciais à
99 integração do mar territorial e da plataforma continental ao espaço brasileiro e à exploração
100 racional dos oceanos. Aí estão compreendidos os recursos vivos, minerais e energéticos da
101 coluna d'água, solo e subsolo, que apresentem interesse para o desenvolvimento econômico e
102 social do País e para segurança nacional. No âmbito da CIRM funciona o GI-GERCO, fórum de
103 integração das ações federais voltadas à zona costeira, sob a coordenação do MMA. Este
104 colegiado conta com a participação de setores federais, de representantes dos estados,

105 municípios e de organizações não-governamentais. Item 3 – Notícias: ► Acórdão TCU nº
106 2354/2009, sobre ações governamentais nas zonas costeiras brasileiras ante a ameaça de
107 elevação do nível dos oceanos em um cenário de mudanças climáticas: O documento é
108 resultado de auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar as ações destinadas às
109 zonas costeiras brasileiras, onde foram constatadas deficiências nas políticas nacionais relativas
110 ao tema e encaminhadas recomendações à Casa Civil da Presidência da República, à Agência
111 Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), a alguns Ministérios, entre eles o Ministério
112 do Meio Ambiente, ao Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), e ao Conselho
113 Nacional de Recursos Hídricos. Ao CNRH, o referido Acórdão recomenda que envide esforços
114 no sentido de integrar a gestão de bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e Zonas
115 Costeiras, nos termos do art. 3º, inciso VI, da Lei nº 9.433/1997. ► Encontro Nacional de
116 Gerenciamento Costeiro (Encogercos 2009), de 23 a 25/11/2009, no Rio de Janeiro/RJ: Evento
117 que reuniu pesquisadores, técnicos de agências governamentais, empresários e membros de
118 organizações da sociedade civil e estudantes para avaliar e debater políticas públicas, planos,
119 projetos e estratégias para promover o desenvolvimento sustentável no litoral brasileiro. O
120 ENCOGERCO-2009, organizado pela Agência Brasileira de Gerenciamento Costeiro, com
121 apoio do Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, abordou, entre outros:
122 Políticas Públicas para a Gestão Costeira; ações do Governo Federal para o enfrentamento dos
123 impactos decorrentes das mudanças climáticas na Zona Costeira Brasileira; iniciativas dos
124 países Ibero-americanos em gestão costeira integrada; e contribuições das reservas da biosfera
125 para conservação costeira e marinha. Os anais do evento poderiam ser solicitados
126 posteriormente a: agenciacosteira@agenciacosteira.org.br. Item 4 – Comentários sobre a
127 análise da proposta de Resolução que estabelece diretrizes adicionais que devem ser incluídas
128 nos planos de recursos hídricos de regiões que contenham trechos da zona costeira, feita pela
129 plenária do CNRH, em 28/10/2009: Após a apresentação da proposta ao plenário, feita pelo
130 presidente da CTCOST e Conselheiro do CNRH, Sr. Luiz Fernando Cybis, houve Pedido de
131 Vista da matéria feito pela Conselheira Maria de Lourdes Pereira dos Santos, representante do
132 segmento Indústrias. Com isso, a matéria não foi analisada naquele momento. O Secretário
133 Executivo do CNRH estipulou o prazo de 10 dias para o encaminhamento de parecer sobre o
134 pedido de vista. Seria necessário, portanto, a CTCOST aguardar a análise do Pedido de Vista
135 que aconteceria na próxima plenária do Conselho, prevista para 17 de dezembro. Item 5 –
136 Aprovação da ata da 24ª reunião da Câmara: Aprovada, sem alterações. Dia 27: Item 6 –
137 Análise do questionário produzido pelo GT “Outorga em Zona Costeira”, a ser encaminhado a
138 órgãos gestores dos estados costeiros: Além da proposta de questionário produzida pelo grupo
139 de trabalho, também foi analisada a minuta de ofício que também seguiria aos órgãos gestores.
140 Após definição da versão final dos dois arquivos, a CTCOST decidiu por encaminhá-los a todos
141 os órgãos outorgantes dos dezessete estados costeiros e para a Agência Nacional de Águas
142 (ANA). A relatora da CTCOST ficou encarregada do despacho dos documentos o mais rápido
143 possível, por correio, fax e endereço eletrônico. Os estados deveriam responder ao questionário
144 até 18 de dezembro próximo e enviá-lo para o endereço eletrônico
145 rachel.siqueira@mma.gov.br, aos cuidados de Rachel Landgraf de Siqueira, relatora da
146 CTCOST. A partir das respostas recebidas, a Câmara Técnica de Integração de Procedimentos,
147 Ações de Outorga e Ações Reguladoras (CTPOAR), também do CNRH, seria envolvida nos
148 trabalhos do GT Outorga, com o objetivo de, juntamente com a CTCOST, assessorar o
149 Conselho Nacional no estabelecimento de diretrizes complementares para o aperfeiçoamento
150 dos procedimentos de outorga específicos para zona costeira. Item 7 – Encerramento: Às 13h,
151 não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Luiz Fernando de Abreu Cybis (OTEPs) agradeceu a
152 presença de todos e encerrou os trabalhos desta 25ª reunião da CTCOST.

153 Ata aprovada durante a 26ª reunião da CTCOST, 3 de agosto de 2010.

154

155 **Luiz Fernando de Abreu Cybis**
156 Presidente da CTCOST

Rachel Landgraf de Siqueira
Relatora da CTCOST